

SYLVIA COLOMBO

O ANO DA CÓLERA

**PROTESTOS, TENSÃO E
PANDEMIA EM 5 PAÍSES
DA AMÉRICA LATINA**

Rocco:
DIGITAL

INTRODUÇÃO

O ano da cólera e o ano da peste

NA NOITE DE SEXTA-FEIRA, do dia 18 de outubro de 2019, sentei-me à mesa de um restaurante em La Paz acompanhada de um grupo de amigos, todos correspondentes internacionais de diferentes veículos estrangeiros. Havíamos tido uma jornada cansativa. Faltavam dois dias para a eleição presidencial na Bolívia, e o clima já era tenso. Afinal, o então mandatário Evo Morales concorria a um quarto mandato, de modo duvidoso, ou seja, burlando a Constituição de seu país. A oposição, por sua vez, vinha realizando manifestações contra essa candidatura.

Todos havíamos passado o dia trabalhando, fosse entrevistando habitantes de La Paz ou de El Alto (cidade de trabalhadores que fica na região metropolitana da capital), ou políticos. Ou, ainda, tentando passar uma ideia, da melhor maneira possível, de como vinha sendo aquele processo eleitoral. Não desconfiávamos, àquela altura, de que este último viraria uma grande novela, tão longa e violenta que só terminaria, mesmo, em 18 de outubro do ano seguinte, com a eleição sendo refeita.

Alguns de nós tínhamos acabado de cobrir as manifestações no Peru, por ocasião da crise que culminou na dissolução do Congresso pelo então presidente Martín Vizcarra. Outros vinham do Equador, cobrindo os protestos em que indígenas se rebelavam contra um reajuste no preço dos combustíveis,

decretado pelo governo como recurso para cumprir os termos de um acordo com o FMI.

Agora, na Bolívia, também antevendo turbulências, recarregávamos as energias, pois muito provavelmente noites maldormidas nos aguardavam.

Tínhamos acabado de pedir os pratos quando um de meus colegas recebeu uma mensagem pelo celular, olhando incrédulo para a tela. Perguntamos o que era e ele disse apenas essas palavras: “Sebastián Piñera declarou estado de emergência no Chile.”

No Chile? Como assim? Aquele país que todos costumam tomar como um exemplo de estabilidade? Não podia ser verdade. Sabíamos que havia descontentamento no ar, e que a popularidade do presidente Piñera andava em baixa. Mas o fato é que as imagens de jovens pulando as catracas do metrô evoluíram muito rapidamente para ataques contra estações, manifestações com sujeitos encapuzados e vandalizações (com uma repressão muito forte por parte dos *carabineros*); eram imagens realmente surpreendentes e impactantes.

Na nossa cabeça de repórteres, porém, já sabíamos o que nos esperava. Será que, depois de ter emendado viagens para Lima, Quito e La Paz, teríamos agora de ir a Santiago?

A vida de correspondente internacional às vezes parece bastante glamourosa. Sem dúvidas, ela é repleta de momentos únicos, como o de nos permitir viver a história enquanto ela acontece e, ao longo da vida, tecer amizades com colegas de várias partes do mundo. Além disso, nos faz conhecer paisagens, personagens e realidades que, enfim, são uma verdadeira universidade sobre os tempos em que vivemos.

Há vezes, porém, em que o corpo reclama, e você se dá conta de que há mais de um mês não vai para casa; ou de que a cada tanto dorme em camas diferentes — acordando meio confusa sem saber em que cidade está. Também dói muito na alma sentir tão de perto o drama das injustiças, das desigualdades e dos autoritarismos. E mesmo que lhe digam um montão de vezes que tudo isso se ameniza com o tempo, não adianta:

trata-se de um sentimento com o qual é impossível se acostumar.

Por outro lado, uma notícia como a da declaração de estado de emergência no Chile excita e instiga qualquer jornalista. E me lembro de que, naquele mesmo jantar, nós nos perguntávamos sobre os motivos de estar ocorrendo uma revolta atrás da outra na América Latina, ou seja, de as coisas acontecerem daquela maneira, como num efeito dominó.

A parte de mim que é jornalista faz com que eu me recuse a teorizar muito sobre os fatos, ainda mais quando se trata de realidades tão distintas como as dos países em questão. Prefiro o salvo-conduto que a nossa profissão nos dá de “apenas” relatar e iluminar os assuntos do modo o mais acurado possível, deixando o leitor livre para que tire suas próprias conclusões.

Já o meu lado de historiadora faz com que eu rejeite colocar eventos considerados “parecidos” num mesmo balaio. Ao longo do tempo, à medida que fui me especializando em história da América Latina e na cobertura de seus processos políticos, passou a me irritar muito quando as pessoas diziam que por essas bandas (fora das fronteiras do Brasil) era “tudo a mesma coisa”, que vivíamos em uma região instável onde “tudo dava errado”.

Essa não me parece uma reflexão séria, e, sim, a descrição de uma espécie de maldição eterna que, antes, diz respeito mais ao terreno das crendices e dos preconceitos do que propriamente do conhecimento e da análise cuidadosa dos fatos.

Não há como negar, porém, que há pontos de contato entre as histórias dos países que viveram alguma convulsão social ou transformação importante no ano de 2019. E que esses pontos estão relacionados a uma certa sincronicidade dos eventos. Nosso passado colonial em comum e os períodos ditatoriais que vivemos deixaram chagas abertas que ainda latejam.

Porém, é importante ressaltar que cada momento de ebulição social e política é fruto de uma conjuntura e de um contexto que são específicos do país no qual eles ocorrem. Ao

observá-los um por um, vamos perceber que há diferenças culturais e de tradição política em cada um deles — sem esquecer, também, que todos produziram homens e mulheres que foram personagens históricos únicos, cada qual tendo um impacto distinto nos aspectos político, cultural e social na trajetória de seus respectivos países.

Não se pode deixar de mencionar, ainda, a herança de caráter multiétnico e multifacetado dos povos originários de cada país. Em alguns deles, como o Equador e a Bolívia — muito regidos por essa herança —, há, por exemplo, uma maneira particular de interpretar situações e conceitos complexos como os de justiça ou de vida em comunidade. Trata-se de algo que ocorre, embora em menor escala, também em certas regiões do Chile e da Argentina. Esse aspecto deve, portanto, ser levado em conta.

Por fim, nunca é demais lembrar que a geografia e o clima de determinada região também são fatores que influenciam o modo como se dá o desenvolvimento de uma sociedade.

Quando a ideia deste livro surgiu, fiz questão de concebê-lo de maneira que cada caso fosse visto em sua especificidade. As razões pelas quais houve (e em alguns casos continua havendo) protestos e transformações em vários países da região nos levam a investigar certas convergências entre os acontecimentos políticos desses mesmos países. Mas, de modo algum essas convergências se dão apenas porque somos todos latino-americanos. Em outras palavras, há diferenças cruciais, que não devem ser ignoradas, entre os processos históricos de cada país em particular.

São abordados aqui Chile, Bolívia, Venezuela, Argentina e Uruguai, mas há outros que se encaixariam no mesmo recorte, como o Peru, o Equador e a Colômbia.

Este trabalho só foi possível porque tive o apoio e o incentivo do jornal no qual trabalho, a *Folha de S.Paulo*. Há mais de dez anos, cubro os acontecimentos na América Latina para esse veículo, que valoriza muito a observação dos acontecimentos *in loco*. Não fosse o investimento da *Folha* no

trabalho de seus correspondentes, portanto, nada disso seria possível.

Num momento de crise econômica e de grandes incertezas com relação ao próprio modelo de indústria jornalística, é preciso que se reflita sobre o modo como as notícias são apuradas e transmitidas ao público. É fácil imaginar, no atual contexto, o motivo pelo qual muitos donos de veículos preferem abrir mão de ter correspondentes em várias partes do mundo: trata-se de um investimento caro, afinal, há que se manter o profissional com boas condições de vida e de trabalho num país estrangeiro. E quando o mesmo vai às ruas para qualquer tipo de reportagem, e tem menos apoio da empresa em que trabalha por conta da distância física, é sempre um risco que se corre.

Além disso, quando se adota um sistema de rotatividade desses profissionais, demora muito para que eles construam sua carteira de fontes e possam ter acesso a informações exclusivas. É um investimento de longo prazo. Por outro lado, quando um correspondente permanece muito tempo num mesmo posto, ele corre o risco de incorporar os vícios da imprensa local, ou mesmo de incorporar visões e sensibilidades que deixam de ser estrangeiras. É algo em relação a que devemos estar sempre vigilantes, afinal, o papel de um correspondente é o de ser os olhos do leitor de seu país de origem.

Por fim, existem as agências de notícias, que apesar de funcionarem segundo um modelo que também está em crise, muitas vezes veiculam informações sobre o que ocorre nos EUA, no Japão ou na Venezuela de maneira mais rápida.

Apesar de todos os motivos que têm levado muitos veículos a deixarem de manter correspondentes no exterior, é preciso, na hora de se fazer essa conta, considerar o que um correspondente significa do ponto de vista da qualidade do material jornalístico que entrega.

Um correspondente vive *full time* seu trabalho de reportar. Ele não se ocupa, por exemplo, da série de notícias do dia —

como fazem as agências — enquanto itens a serem comercializados. Seus textos, assim, costumam oferecer atrativos únicos, que trazem a sua assinatura e a do veículo em que trabalha.

É preciso considerar, ainda, que, ao manter um correspondente, o meio de comunicação poderá ter a certeza de que terá material exclusivo. Escapará, também, dos lugares-comuns oferecidos pelas agências que, afinal, poderiam estar em qualquer outro veículo — não fazendo grandes distinções entre uma publicação e outra, no sentido de levar em conta o leitor que consome seus serviços.

Por fim, o correspondente humaniza a narrativa dos fatos e, quando seu trabalho é bem-feito, faz com que o leitor se transporte para o local onde eles ocorreram, permitindo-lhe sentir a notícia de maneira mais viva e mais próxima.

Mas voltemos ao tema do livro. Se em 2019 vivemos várias explosões e transformações sociais e políticas em toda a região, em 2020 a América Latina foi impactada por um inimigo em comum: o coronavírus. Este é o recorte temporal deste livro e, como qualquer recorte, tem algo de arbitrário. É baseado em experiências profissionais vividas por esta repórter ao longo desses dois anos atipicamente agitados que sacudiram a América Latina.

Os protestos e as transformações políticas do ano de 2019, cada um deles com as particularidades de cada país, foram, de certa forma, uma resposta às políticas de ajuste das gestões que vieram depois da chamada “onda vermelha”. Formada por governos ditos de esquerda e populistas que, possibilitados pelo “boom das commodities”, elevaram o gasto público, essa onda de certo modo se desfez quando uma desaceleração econômica mundial começou a se anunciar.

O período das benesses ocorreu, de um modo geral, entre 2003 e 2013, momento em que produtos como a soja, o cobre e o petróleo tiveram aumentos de venda significativos, causados, principalmente, pela expansão da economia chinesa.

Nos países da América Latina, a entrada de recursos num

volume muito mais alto do que o normal permitiu a realização de investimentos em serviços públicos e uma enorme transferência de renda. Isso se deu por meios diversos, de planos de assistência social a investimentos em infraestrutura, com obras que empregaram muita gente. Uma nova classe média foi criada na maioria desses países.

Porém, esse ciclo sofreu um revés quando a economia mundial começou a desacelerar. Isso colaborou para o desgaste desses governos, a maioria deles de esquerda ou de centro-esquerda, ao mesmo tempo em que líderes de centro-direita ou de direita passaram a surgir como opções. Entre eles, havia os que se apresentavam como *outsiders*, que se diziam “apolíticos” ou “gestores” e que repudiavam ser situados ideologicamente entre “direita” e “esquerda”. De saída, os que chegaram ao poder tiveram de lidar com a necessidade de tomar medidas impopulares, como ajustes fiscais e retração do gasto social.

O melhor exemplo desse estado de coisas é Mauricio Macri, que surgiu na Argentina com a promessa de acabar com o esbanjamento de recursos e com a corrupção do kirchnerismo — a versão argentina da chamada “onda vermelha”. As medidas de Macri de promover, ainda que de maneira gradual, cortes de subsídios aos principais serviços (como luz, transporte e água) geraram índices de rejeição que só fizeram crescer ao longo de sua gestão, até que acabaram por minar completamente sua popularidade.

As pessoas saíram às ruas para protestar contra ele e sua política, principalmente depois do pedido de empréstimo que fez ao FMI, em 2018. Quando chegou o momento de ir às urnas, no ano seguinte, votou-se raivosamente contra Macri. Neste ínterim, houve uma renovação do apoio ao peronismo, impulsionado também pelos movimentos feministas. Os peronistas, então, voltaram ao poder, embora na figura do ex-chefe de gabinete de Néstor Kirchner e de sua viúva e ex-presidente da República Cristina Kirchner — dois velhos conhecidos dos argentinos. O surgimento de uma renovada militância peronista pôs acento em algumas pautas. Isso, por

exemplo, levou à aprovação da lei do aborto, em dezembro de 2019.

Dentre os governos populistas em questão, outro que teve um final amargo foi o de Evo Morales, na Bolívia, país que depois de 14 anos de crescimento constante, de bonança econômica e de avanços na área social viu a gestão de seu presidente ser posta em xeque pela desaceleração da economia mundial e, principalmente, pelo aumento de seu autoritarismo. Tendo chegado perto de se transformar em um autocrata, Morales acabou sendo forçado a deixar o poder.

No ano em que seu partido, o MAS, ficou fora do governo (entre a renúncia de Morales em 10 de novembro de 2019 e a posse de seu sucessor, Luis Arce, em 8 de novembro de 2020), um governo ilegítimo de direita também optou por uma política de ajustes. Nessa ocasião, porém, o MAS foi mais forte, e desenhou uma estratégia para retomar o comando do país de modo quase épico.

Outro caso que merece ser mencionado aqui é o do Equador. Depois de anos de uma gestão populista, que endividou o país, mas que aumentou o gasto social mediante investimentos inéditos em saúde, educação e assistência social, Rafael Correa tampouco soube enfrentar o desgaste que sua imagem sofreu diante da diminuição do ritmo de crescimento, além do surgimento de casos de corrupção que o envolveram, junto com seu círculo de poder.

Assim, mesmo conseguindo eleger seu sucessor, Lenín Moreno, houve uma crise no país, e ambos terminaram como inimigos pessoais e rivais políticos. Moreno teve de contrair dívida com o FMI, e a contrapartida foi enxugar subsídios e aumentar tarifas. Nesse caso específico, o que deu início às tensões sociais foi o aumento dos preços do combustível. Foi então que representantes de distintas nações indígenas, vindos dos Andes e da Amazônia, chegaram a Quito e organizaram protestos que duraram semanas, espalhando barreiras em vários pontos da cidade e enfrentando a repressão com o próprio corpo.

Os protestos pareceriam algo pontual se não revelassem um conflito antigo que habita a sociedade equatoriana. É que, até hoje, esta não soube conciliar as diferenças entre os setores descendentes de europeus e as distintas tradições culturais de suas comunidades indígenas — povos originários da região que hoje se conhece como Equador.

Embora o conflito tenha chegado a um termo, por meio de um acordo, a situação continua latente e só foi interrompida pela pandemia, que castigou o país de forma terrível. Afinal, as imagens mais impactantes da primeira onda do coronavírus, na América Latina, foram as de Guayaquil, em que corpos eram deixados nas ruas porque o sistema público não dava conta de recolher os mortos, além das imagens de enterros coletivos e de hospitais colapsados.

Guayaquil é a capital financeira do país e uma cidade portuária onde o vírus chegou rápido. Os equatorianos são uma comunidade grande na Espanha, e muitos deles tinham vindo passar as festas de fim de ano em Guayaquil, no final de 2019 e no início de 2020. O vírus, provavelmente, veio com esses viajantes. A trama que se iniciou em 2019 no Equador, portanto, segue em aberto, ao mesmo tempo em que o país andino se prepara para nova mudança no poder em 2021.

A Colômbia também viveu dias de tensão nas ruas. Apesar de não ter tido uma experiência populista de esquerda, o país viu, durante a gestão de Juan Manuel Santos (2010-2018), grandes transformações, que para os padrões colombianos podem ser consideradas progressistas. Foi nesse período que se chegou a um acordo de paz com a mais antiga das guerrilhas de esquerda então ativas na região, as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc). Porém, embora a violência e os homicídios tenham diminuído de modo contundente no país, isso foi visto pela direita mais tradicional como uma concessão inaceitável. Afinal, o acordo estipulava um tribunal especial para ex-guerrilheiros que estivessem dispostos a relatar o que ocorreu, fossem delitos em que eles mesmos haviam tomado parte, fossem aqueles sobre os quais detinham

informações.

Nesse tribunal especial, podiam obter penas de prisão chamadas de “penas reparatórias”, em formato de ajuda com trabalhos comunitários. Uma fatia importante da sociedade colombiana entendeu isso como uma anistia a criminosos, e não gostou da aprovação do tratado.

A imagem de Santos, em todo caso, melhorou muito diante do mundo. Tanto que, no final de 2016, ano em que o acordo foi por fim aprovado pelo Congresso, o então presidente ganhou o Prêmio Nobel da Paz. Dentro da Colômbia, porém, sua imagem se desgastou muito. A oposição, liderada pelo caudilho de direita e ex-padrinho político de Santos, Álvaro Uribe, começou a fazer uma campanha contra ele que envolvia uma série de fake news. Dizia-se, por exemplo, que o acordo iria destruir a família colombiana, que Santos era um “castro-chavista”, e que a inserção de ex-guerrilheiros na sociedade era um absurdo.

Mas Santos nunca foi um político de esquerda. É, sim, um liberal na economia e nos costumes, que habitualmente apoia pautas de direitos individuais e tentou sugerir uma mudança na política de legalização das drogas, propondo abordagens menos punitivas. Seja como for, a direita mais conservadora deu o troco nas urnas, elegendo, em 2018, Iván Duque, um dos porta-vozes antiacordo de paz e apadrinhado de Uribe.

Duque, porém, carece do carisma de seu padrinho, e o fato é que começou a falhar em várias áreas. Ao não colocar nenhum entusiasmo, e ao fazer pouco esforço no sentido de cooperar com a implementação do acordo de paz — que ele teria de cumprir por dever constitucional —, ecos da guerra começaram a voltar no mundo rural colombiano, sob a forma de massacres de bandos de criminosos e de assassinatos de líderes sociais e de direitos humanos.

Além disso, Duque tentou implementar um programa de ajustes no formato de reformas, abarcando a reforma tributária, a trabalhista e a da previdência. O desgaste do presidente foi tanto que, pouco mais de um ano após sua posse, as pessoas foram às ruas em seguidas ondas de protestos. Em um deles, a

forte repressão resultou na morte de um manifestante, o jovem Dilan Cruz, de 18 anos. A indignação com relação a esse episódio foi tão grande que motivou mais e mais protestos. Desta vez, com a imagem de Cruz como um mártir a ser vingado.

A Venezuela, por sua vez, continuou vivendo a sua própria crise em 2019, que vinha se agravando desde 2017 quando o regime elegeu uma espécie de congresso paralelo (a Assembleia Nacional Constituinte) para calar o verdadeiro Congresso, formado em sua maioria por opositores. Em 2017, as marchas e manifestações tinham sido violentas e intensas, assim como a onda de protestos de 2014.

Já em 2018 o país havia entrado numa espécie de letargia. Resignadas, as pessoas haviam perdido a esperança nas manifestações de rua. Além disso, a crise econômica e o desabastecimento de remédios e de alimentos eram tão intensos que quem havia passado meses protestando decidiu dar um tempo e ir resolver seus problemas mais cotidianos: falta de luz e de água, a moeda que perdia valor rapidamente, familiares internados sem condições de tratamento devido à escassez de insumos e de médicos etc. Isso para não falar dos milhares de venezuelanos que decidiram se juntar àqueles que já haviam saído do país. Pode-se dizer que apenas uma minoria de opositores seguiu pensando no próximo passo a ser dado.

Mas ele veio, e foi justamente em 2019, com a eleição de Juan Guaidó como líder da Assembleia Nacional opositora e com a convocação do povo às ruas para apoiá-lo. A ideia era declarar a Presidência vaga, uma vez que o ditador Nicolás Maduro havia ganhado as eleições de modo irregular. Assim, Guaidó declarou-se “presidente encarregado”.

Todo o ano de 2019 na Venezuela esgotou-se nessa esperança. Guaidó começou com muito respaldo popular e angariou vários apoiadores fora do país, mas cometeu erros, demorou a cumprir com o prometido e foi punido pela falta de apoio que, pouco a pouco, o deixou sozinho.